



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2017
(Da Sra. Erika Kokay)

Requer a realização de audiência pública para discutir a pesquisa “Riscos psicossociais relacionados ao trabalho no Itamaraty”, realizado pela Universidade de Brasília em parceria com o Grupo de Estudos e Práticas em Clínica do Trabalho (Gepsat).

Senhor (a) Presidente (a),

Requeiro a V. Exa, com base nos art. 24, inciso III, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara Federal, e ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de audiência pública para discutir a pesquisa “Riscos psicossociais relacionados ao trabalho no Itamaraty”, elaborada pela Universidade de Brasília em parceria com o Grupo de Estudos e Práticas em Clínica do Trabalho (Gepsat). Para tanto, solicitamos sejam convidados para o debate:

- I) Sra. Ana Magnólia, professora da Universidade de Brasília (UnB) e Coordenadora do Grupo de Estudos e Práticas em Clínica do Trabalho (Gepsat);
- II) Sra. Suellen Bessoni Paz, presidente do Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (SINDITAMARATY);
- III) Ministério Público do Trabalho;
- IV) Sr. Rodrigo Brito, presidente da Central Única dos Trabalhadores no Distrito Federal; e
- V) Ministério das Relações Exteriores.

JUSTIFICAÇÃO

O presente requerimento objetiva discutir a pesquisa “Riscos psicossociais relacionados ao trabalho no Itamaraty”, realizado pela Universidade de Brasília em parceria com o Grupo de Estudos e Práticas em



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Clínica do Trabalho (Gepsat). Conforme o levantamento, há pelo menos cinco anos, as relações trabalhistas no Ministério das Relações Exteriores apresentam características de hostilidade.

Elaborada entre outubro de 2016 e março de 2017, a pesquisa fez oito entrevistas individuais, 25 coletivas presenciais e 359 on-line. Conforme o levantamento, 80% dos entrevistados testemunharam algum tipo de assédio moral desde 2012. Para se ter ideia, apenas no último semestre, 34,9% sofreram com o crime. Os dados apontam que as mulheres estão em maior risco (oficiais de chancelaria) juntamente com aquelas que participaram de greves. Homens e diplomatas são os mais protegidos.

Para Ana Magnólia, professora da UnB e coordenadora do Grupo de Estudos e Práticas em Clínica do Trabalho (Gepsat), o resultado da pesquisa é fruto dos papéis e atribuições de cargos, o que aponta para a necessidade de um programa de atenção e espaços de integração no ambiente de trabalho.

Face ao tema em comento, reiteramos a importância da realização da presente audiência pública, iniciativa para a qual solicitamos o valoroso apoio dos nobres Pares.

Sala da Comissão, em _____ de _____, de 2017.

Deputada **ERIKA KOKAY – PT/DF**